

CONTRATO 001/2021

*Termo de contrato de prestação de serviço: **Empresa Especializada em Desenvolvimento de Sistema Website e Manutenção Hospedagem Website E-mail**, que entre si celebram o Conselho Regional de Serviço Social 20ª Região-MT e a empresa **Kasterweb Tecnologia, Desenvolvimento E Suporte De Soluções De Internet Ltda.***

O Conselho Regional de Serviço Social 20ª Região-MT, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Batista das Neves, nº 22, Ed. Comodoro, Sala 303, Centro, Cuiabá-MT, CEP 78.005-190, inscrito no CNPJ sob o nº [REDACTED], neste ato representado por sua Presidente, Larissa Gentil Lima, brasileira, Solteira, assistente social, inscrita no CPF sob o nº [REDACTED], portadora da RG de nº [REDACTED] doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **Kasterweb Tecnologia Desenvolvimento e Suporte de Soluções de Internet Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.453.177/0001-58, com sede na Avenida Agrícola Paes de Barros, neste ato representado por Douglas Marçal Vilar, empresário, Brasileiro, casado, portador do RG: [REDACTED], inscrito no CPF: [REDACTED], doravante denominada **CONTRATADA**, consoante disposto no Processo Administrativo nº 007/2021 e em observância ao contido na Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006, e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do processo de dispensa Licitação, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Contratação de empresa Especializada em Desenvolvimento de sistema Web Site, Manutenção Hospedagem Website E-mail, conforme especificações e usando o domínio (www.cressmt.org.br) que incluem os seguintes serviços:

1.2 Especificações do Objeto:

I. Contrato de empresa especializada em SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA WEBSITE E MANUTENÇÃO USANDO O DOMÍNIO: CRESS (www.cressmt.org.br), com as seguintes especificações abaixo:

II. O serviço deverá contemplar a hospedagem do website, e-mail em um servidor.

III. O sistema deverá conter um painel de gestão de conteúdo intuitivo e de fácil utilização;

IV. O painel de gestão deverá ter um controle de acesso restrito;

V. O sistema Web deve possuir certificado de segurança SSL, com todas as informações trocadas dentro da página criptografadas, validando o protocolo HTTPS e gerando muito mais segurança e privacidade para os usuários;

VI. Deverá ser criado um layout exclusivo para o Conselho Regional Serviço Social 20ª Região- CRESS/MT;

VII. O serviço deverá contemplar a manutenção, suporte, hospedagem de e-mail oficiais;

VIII. Todos os layouts criados devem ser responsivos, possibilitando a abertura em qualquer dispositivo ou tela de maneira que não fique desconfigurados ou que quebre o estilo do site;

IX. O sistema deve conter páginas com: legislações, secretaria, história, telefones úteis, fale com conselho, ações e programas, galeria de fotos, notícias em destaque, eventos realizados, portal de empregos;

X. Deve possibilitar a publicação de agenda de eventos, com o direcionamento ao google agenda, postagem de links externos, vídeos, banner rotativo;

XI. Deve possuir elementos que possibilitam a acessibilidade (como por exemplo o aumento das letras e/ou alteração das fontes),

XII. Deve possuir o e-sic- sistema de acesso à informação, com geração de números de protocolo, portal de serviços, ouvidoria com geração de protocolo, busca por categoria ou palavra-chave.

XIII. Deve possibilitar a publicação dos editais de licitação, concursos, anexos e resultados organizados por ano e com recurso de pesquisa.

XIV. Sistema de Informação ao Cidadão onde o sistema deverá possibilitar a realização das informações através do jornal, resoluções, portarias e orientações técnicas.

XV. O sistema deverá também permitir que os profissionais cadastrados previamente acessem uma área restrita onde ele poderá fazer preenchimento de formulários, façam downloads e

upload de formulários, atualização de dados pessoais (Integrado ao sistema Implanta), consultar protocolos e processos, bem como seus históricos de pagamentos.

XVI. Geração do boleto para pagamento da inscrição anual do CRESS-MT.

XVII. Possibilitar o pagamento através de cartão de crédito, à vista ou parcelado através da integração com o sistema “Implanta.”

XVIII. Comissões Regimentais.

XIX. O sistema deve possibilitar o cadastro, alteração e a inscrição de usuários em eventos e a emissão de certificados de participação em lives, palestras e cursos.

XX. O sistema deve possibilitar a alimentação do portal transparência Lei de Acesso à Informação deverá ser publicada; e a integração com os sistemas da CONTRATANTE, como, por exemplo, o portal da transparência, ferramenta de acessibilidade e o SiscafWeb;

XXI. Fiscalização o profissional possa fazer denuncia a fiscalização, desagravo público, fiscalização responde e dicas fiscalização.

XXII. Garantir que o design dos sites seja responsivo, isto é, esteja de acordo com o dispositivo a partir do qual o usuário acessa (smartphones, computadores, tablets e outros dispositivos que acessam a internet);

XXIII. No site deve conter os links para o blog e perfis nas redes sociais a qual o conselho utiliza.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

2.1 O prazo de vigência deste termo de contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de 30/08/2021 e encerramento em 29/08/2022, podendo ser prorrogado por interesse do **CONTRATANTE** até o limite de 60 (sessenta) meses.

2.2 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:

3.1 O valor do contrato para o desenvolvimento Website é de R\$ 9.900,00 (Nove mil e novecentos reais)

O valor a ser pago mensalmente manutenção e hospedagem site é de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

3.2 No valor acima estão contempladas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do **CONTRATANTE** para o exercício de 2021, sob a rubrica nº 6.2.2.1.1.01.04.04.037 Serviços de Informática.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1 A forma de pagamento será de 3 vezes SEM Juros, sendo entrada/30/60 parcelas iguais do valor referente ao desenvolvimento do Web site sendo pago após a data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela contratada, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações. A manutenção e hospedagem do Website será paga o valor acordado mensalmente.

5.2 O pagamento somente será efetuado após o “atesto” pelo fiscal do contrato na nota fiscal/fatura apresentada pela contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos no edital.

5.3 O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da nota fiscal/fatura apresentada pela contratada com os serviços efetivamente executados, bem como às comprovações da regularidade fiscal.

5.4 Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

5.5 Caso a contratada não faça constar na Nota Fiscal/Fatura as retenções tributárias previstas, o contratado efetuará as referidas retenções previstas em lei e as repassará, integralmente, à Secretaria da Receita Federal, através de DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais.

5.6 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.7 O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária de crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

5.8 O contratante não se responsabilizará por quaisquer despesas que venham a ser efetuadas pela contratada, que porventura não tenham sido acordadas no contrato.

5.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, adotando-se a taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (6/100) / 365$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

CLÁUSULA SEXTA– DO REAJUSTE:

6.1 O valor da manutenção e hospedagem do website consignado neste contrato será R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensalmente o valor global é de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) podendo ser corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP/DI) da Fundação Getúlio Vargas – FGV.

6.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO:

O prazo de execução é de **90 (noventa) dias**, para início da execução dos serviços será a partir da assinatura do contrato ou da data conveniente para o CRESS, a ser informada ao Contratante;

Para a boa execução dos serviços os dias e horários para atendimento serão definidos pelo Contratante e será avisado com antecedência a Contratada.

Será realizada reunião junto com a Contratada e contratante para definição de como será desenvolvido e executado o serviço através reunião Online.

A execução dos serviços, será acompanhado e realizado o controle e a fiscalização, e a avaliação será efetuado pelo representante do contratante especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas em lei, conforme detalhado no termo de referência.

O acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da contratada e nem confere ao contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

O contratante se reserva ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente termo de referência e seus anexos e com o contrato.

As determinações e as solicitações formuladas pelo representante do contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela contratada, ou nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

8.1.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este termo de referência;

8.1.3 Proceder ao pagamento do Contrato, na forma e nos prazos pactuados;

Informar à Contratada, em tempo hábil para execução, as demandas relacionadas aos serviços contratados;

8.1.4 Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados;

8.1.5 Notificar, por escrito, à Contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços fixando prazo para a sua correção;

8.1.6 Permitir o acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados;

8.1.7 Providenciar todas as publicações oficiais pertinentes no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1 São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1 Cumprir fielmente as obrigações constantes neste Termo de Referência, com zelo, responsabilidade e eficiência;

9.1.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação;

9.1.3 Responsabilizar-se pelo pagamento de transporte, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e demais obrigações decorrentes da relação empregatícia existente com os profissionais responsáveis pela execução das atividades, inexistindo vínculo de qualquer natureza com o CRESS 20ª MT;

9.1.4 Manter-se adimplente com as obrigações trabalhistas dos profissionais que executarão as atividades previstas neste termo de referência, obrigando-se a enviar mensalmente ao CRESS/ES cópia dos comprovantes de pagamento de FGTS, INSS, recibos de vale transporte, contracheques e quantos mais houver;

9.1.5 Responsabilizar-se pelo custo dos meios de comunicação necessários ao desempenho dos serviços;

9.1.6 Ressarcir eventuais prejuízos causados ao CRESS/MT, provocados por ineficiência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas por seus sócios, empregados, convenientes ou prepostos na execução dos serviços e fornecimentos objeto do contrato a ser firmado entre as partes;

9.1.7 Responder, inclusive na via judicial, por qualquer acidente de que venham a ser vítimas os seus profissionais, ou por aqueles causados por eles a terceiros, no horário de prestação de serviços;

9.1.8 Prestar o serviço objeto deste termo de referência de acordo com a legislação prevista à espécie e com o contrato firmado;

9.1.9 Prestar os serviços ora contratados sem interrupção, seja por motivos de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão, entre outros;

9.1.10 Não transferir no todo ou em parte o contrato resultante da presente licitação;

9.1.11 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas, por escrito, pelo Contratante, quanto à execução do contrato;

9.1.12 Cumprir e fazer cumprir, por parte de seus prepostos ou empregados, as leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas pelos órgãos competentes, pertinentes à matéria objeto do presente Termo de Referência e seus Encartes.

9.1.13 Responsabilizar-se pelas consequências decorrentes de qualquer transgressão cometida por seus prepostos ou empregados;

9.1.14 Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo **CONTRATANTE** para a execução do Contrato, mantendo todos os dados e informações em perfeita segurança.

9.2 Não será admitida, em hipótese alguma, publicidade ou qualquer outra informação decorrente da contratação, sem prévia autorização da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de multa moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 10 (dez) dias.

10.1.1 A aplicação de multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

10.2 A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no edital e neste contrato, sujeitará a contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

10.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

10.2.2 Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor global da contratação;

10.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o CRESS 20ª Região-MT pelo prazo de até 2 (dois) anos;

10.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

10.4 A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multa.

10.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99.

10.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

10.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados ao contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos ou, quando for o caso, serão inscritos em dívida ativa do CRESS 20ª Região-MT e cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO:

11.1 O presente termo de contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital de Pregão e seus Anexos.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES:

12.1 É vedado à CONTRATADA:

12.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

15.1 O foro para dirimir questões relativas ao presente termo de contrato será o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Mato Grosso, em Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente termo de contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Cuiabá, 30 de agosto de 2021.

Conselho Regional de Serviço Social 20ª Região-MT

Contratante

Kasterweb Tecnologia, Desenvolvimento

E Suporte De Soluções De Internet Ltda

Contratada